

PROCESSO Nº 158678/25

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU – PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EDUCAÇÃO – EXERCÍCIO 2024

Senhor Relator,

Em atenção à citação recebida por meio do Ofício nº 1936/25-OCN-DP, apresenta-se, na forma do contraditório, as razões e esclarecimentos da então gestão da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguaçu, relativas às informações prestadas no questionário referente à prestação de contas do exercício de 2024.

É importante destacar que a administração municipal vigente até 31 de dezembro de 2024 empreendeu esforços na organização e execução das ações educacionais, ainda que nem todas estivessem, à época, formalizadas por atos normativos ou plenamente adequadas aos padrões exigidos pelos órgãos de controle.

A seguir, apresentam-se as ponderações por eixo temático, com a devida contextualização da época e, sempre que pertinente, indicações de continuidade pela atual gestão:

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

A demora na alimentação do sistema ocorreu pela ausência de dados e orientações tempestivas por parte do Núcleo Regional de Educação, o que comprometeu o envio nos prazos estipulados. Após a liberação dos dados, a Secretaria elaborou e encaminhou os relatórios à responsável pelo envio, demonstrando empenho da gestão anterior em atender à demanda.

ACESSO E PERMANÊNCIA

Apesar da inexistência de atos normativos específicos sobre matrícula, infrequência ou ampliação de vagas, a gestão anterior baseou suas ações em diagnósticos por unidade de ensino (CMEIs), utilizados para orientar o planejamento. A ausência de dados por bairro não comprometeu a análise territorial, pois o foco foi a realidade concreta das instituições.

A busca ativa não era realizada por meio de cruzamento com dados externos (como CadÚnico ou vacinação), mas sim por acompanhamento interno da frequência e contato direto com as famílias.

Entendemos que a nova gestão deva aprimorar tais mecanismos, com integração de sistemas e normatização mais clara dos procedimentos.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas avaliativas, os registros de progresso e as ações de reforço escolar ocorriam nas unidades escolares, ainda que sem respaldo em normativos formais. Tal fato refletia a necessidade de maior formalização documental, e não a ausência de ações.

As metas de desempenho e os acompanhamentos pedagógicos foram conduzidos pelas coordenações escolares, com cronogramas regulares, ajustados à realidade funcional da rede.

Quanto à transição entre etapas e ao atendimento à educação especial, as ações ocorriam de forma integrada pelas equipes escolares, com apoio técnico contínuo, embora sem atos administrativos próprios.

GESTÃO DE PESSOAS

Não foram implementadas, em 2024, ações específicas voltadas à saúde dos profissionais da educação. No entanto, essa necessidade foi identificada e constava no planejamento para os anos seguintes, com foco em valorização, acolhimento e apoio psicossocial.

INSTALAÇÕES DAS UNIDADES ESCOLARES

O diagnóstico estrutural das unidades escolares não foi encaminhado a tempo pelos responsáveis técnicos o que impediu o envio das informações dentro do prazo. Ainda assim, a gestão anterior optou por relatar fielmente a realidade observada, evidenciando transparência.

Embora não existissem protocolos formalizados de segurança, havia procedimentos internos em prática. Reconhecia-se também, a ausência de pisos táteis nas unidades escolares, sendo essa, uma meta futura de acessibilidade.

TRANSPORTE ESCOLAR

As informações foram coletadas com os setores envolvidos, o que pode ter ocasionado divergências conforme a realidade do dia a dia. A gestão anterior buscou integrar os dados disponíveis.

A atual administração deverá aprimorar a articulação entre os setores, com maior padronização na coleta de informações.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As informações foram repassadas pela nutricionista da época e complementadas pelas escolas, de acordo com a realidade local. A gestão anterior priorizou o diálogo técnico com as unidades, embora ainda houvesse necessidade de padronização.

Entendemos ser necessário que a nova administração reforce esse vínculo técnico, com foco em alinhamento e melhoria contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão responsável pela execução das ações até o exercício de 2024 reafirma seu compromisso com a melhoria contínua da educação municipal e com a transparência nos atos praticados. Os apontamentos do Tribunal de Contas são reconhecidos como instrumentos valiosos de aperfeiçoamento.

A atual administração municipal, embora não responsável direta pelos atos da gestão anterior, deve reconhecer os desafios enfrentados e assumir o compromisso de dar continuidade às ações necessárias para a regularização formal e institucional de todos os processos educacionais.

Respeitosamente,

Silvana Christina Vieira Cadamuro
Secretária de Educação da gestão anterior